

# A derrota da elite

FOLHA DE SÃO PAULO

JOSÉ PASTORE

20 OUT 1987

ANC  
P3

A Comissão de Sistematização aprovou nas últimas semanas uma das partes mais polêmicas da nova Carta: os direitos individuais dos trabalhadores. Foi o primeiro embate entre o capital e o trabalho e também a primeira grande derrota dos empresários na Constituinte. Estes não desejavam de modo algum a volta à estabilidade de emprego e a redução da jornada de trabalho. Tudo isso passou, e muito mais. Na verdade, a Comissão soltou uma poderosa bomba em termos de elevação de custos para o setor produtivo. Esse é o caso do pagamento da hora extra em dobro, a cobertura de seguro de acidentes, o pagamento do aviso prévio proporcional, os pisos salariais, a extensão da licença da gestante para 120 dias, as fortes restrições para o contrato a termo e tantos outros mecanismos protecionistas que certamente encarecerão enormemente o fator trabalho.

O lobby dos trabalhadores está de parabéns. Isso não significa, evidentemente, que os trabalhadores estejam de parabéns. Ainda é muito cedo para se dizer isso. O mais provável é que o artificialismo criado em matéria trabalhista venha a recair nas costas dos próprios assalariados.

Mas, indiscutivelmente, o rolo

compressor montado pelas centrais sindicais e confederações de trabalhadores conseguiu o que queria e demonstrou competência. Os empresários, por sua vez, perderam quase tudo e revelaram despreparo. Jogaram o peso desse enorme fardo nos braços de denodados, mas poucos e desamparados, constituintes. Ademais, na hora em que lhes era mais importante a união de forças, quando passou a estabilidade e as coisas começaram a ficar pretas para seu lado, os empresários partiram para divisionismos e disputas de lideranças. E perderam. Os lobistas dos trabalhadores, de seu camarote, assistiram tudo a céu aberto e, ao que parece, não esperavam ser tudo tão fácil. Consta que se arrependeram profundamente de não terem pedido mais.

Esse foi o resultado do primeiro "round". Qual o seu significado? Além das graves complicações criadas pelas medidas até então aprovadas, o empresariado parece ter perdido coisa ainda mais valiosa, ou seja, a sua pretensa imagem de eficiência e dita superioridade sobre o governo, a política e o Estado. Nesse sentido, essa primeira derrota pode ter inúmeros efeitos colaterais, muitos dos quais de longa duração.

De início, ela gera um estado de dúvida naqueles que acompanharam nesta fase os trabalhos da Constituinte: Será que os empresários brasileiros são mesmo competentes?

Essa dúvida ficará no ar e, mais adiante, poderá espalhar-se pelos vários segmentos da população, começando pela classe média e atingindo as demais camadas sociais especialmente na hora em que, armado o debate político-eleitoral, surgirem os que, com base nesse fiasco, procurarão demonstrar que a luta democrática não é o forte da classe empresarial brasileira.

Essa deterioração de imagem, sem dúvida, poderá custar ao empresariado muito mais do que a própria perda econômica causada pelas medidas aprovadas. Com raríssimas exceções, a elite brasileira está sendo flagrada na sua inabilidade de alcançar seus objetivos pela luta democrática. Ela ainda está presa àquele tipo de elite que, para produzir, conta com o favor governamental. Para se expandir, confia no subsídio. Para se lançar, deseja a proteção do governo. Em suma, o tipo de elite que sonha com um capitalismo sem riscos.

O primeiro "round" passou. E o empresariado perdeu. A continuar assim, a Constituinte deixará como

saldo uma elite despedaçada e desacreditada. Dessa forma, ela mesma abrirá espaço para a turma do "viu, não falei?": Para os Brizolas e Lulas. Para aqueles que há muito tempo desconfiavam dessa elite e que estavam apenas à espera de bons argumentos para demonstrar suas teses. Para eles, a oportunidade pode ter chegado. Essa é a perda maior para os empresários. O tempo deverá demonstrar que ela vai muito além dos acréscimos de custo da mão-de-obra provocados pela redução de jornada de trabalho, hora extra em dobro e outros paternalismos constitucionais.

Com esses primeiros passos, a Assembléia Nacional Constituinte começa a se definir como um decisivo teste de competência política para os diversos grupos de interesses na defesa de suas ideologias e doutrinas. É a versão tropicalizada da arena romana assistida por 140 milhões de pessoas que, na sua maioria, ainda não se apercebeu da amplitude do espetáculo em cartaz. Quem chegar até o fim descobrirá.

JOSÉ PASTORE, 52, economista e sociólogo, é professor-titular da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).